

OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR UM GRUPO DE EDUCADORES AO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

THE MEANINGS ATTRIBUTED FOR A GROUP OF EDUCATORS TO THE PROCESS OF INCLUSION OF PUPILS WITH EDUCATIVE NECESSITIES SPECIAL

Carla Danieli MACHADO¹
Edilaine Dana de LIMA¹
Adriana de Fátima FRANCO²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender os significados atribuídos pelos educadores ao processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Participaram da pesquisa três professoras e uma pedagoga que trabalham nas séries iniciais de uma escola pública regular da rede municipal de Curitiba. Foram realizadas análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelam que os educadores não têm efetiva formação para tratar dessas questões e os dados apontam que incluir significa tratar a todos da mesma forma, desconsiderando a diversidade existente. Consideramos que a inclusão, nesses casos, acaba cumprindo apenas o propósito de obtenção de dados estatísticos e não propriamente a finalidade de propiciar um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Formação de professores. Necessidades educativas especiais.

ABSTRACT

The present research has as objective to understand which the meanings attributed for the educators to the process of inclusion of students with educative necessities special. Three teachers

¹ Graduated in Pedagogy. Curitiba, PR, Brazil.

² Professora, Programa de Mestrado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná. R. Sydnei Rangel Santos, 238, Bloco C, 2º andar, Sala S/N, Santo Inácio, 82010-330, Curitiba, PR, PR, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: A.F. FRANCO. E-mail: <adrifranco@hotmail.com>.

and one supervisor had participated of the research that they work in the initial series of a regular public school of the Municipal Net of Curitiba. They had been carried through, documentary analysis and half-structuralized interviews. The results point that the educators do not possess effective formation to deal with these questions. The data point that to include it means to treat to all in the same way disrespecting the existing diversity. We consider that the inclusion, in these cases, finishes fulfilling only with the intention of attainment of statistical data and not properly with the purpose to propitiate a quality attendance.

Keywords: *Pertaining to school inclusion. Educative formation of professors. Necessities special.*

INTRODUÇÃO

A questão da inclusão de alunos considerados portadores de necessidades educativas especiais nas redes regulares de ensino ou mesmo em escolas especiais tem sido frequentemente abordada por vários pesquisadores. O tema envolve as diferentes concepções de deficiência, a discussão sobre o melhor sistema de ensino para a educação dessas crianças e sobre os fatores que contribuem um processo efetivo.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi investigar os significados atribuídos pelos educadores ao processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

O conceito de indivíduos deficientes está fortemente ligado à cultura de uma sociedade; tal conceito é, assim, uma construção histórica e os significados atribuídos à deficiência e ao deficiente se transformam à medida que a sociedade se transforma. Essa transformação, porém, não se faz de forma natural; as concepções de homem e de mundo deixam marcas na Educação e nas formas de compreender a Educação Especial. Em seu estudo, Mazzotta (1999) revela uma evolução no processo histórico da humanidade em relação ao entendimento, atendimento, educação e tratamento do excepcional.

No início do século XX, como aponta Pessotti (1984), a Psicologia passou a se dedicar aos estudos sobre os limites das capacidades mentais dos deficientes, e foi com Binet que a

deficiência mental deixou de ser estudo apenas da medicina e tornou-se objeto de estudo da psicologia no que diz respeito à teoria. Essa contribuição foi responsável pelos rótulos de deficiente mental, limítrofe, dentre outros termos que passaram a expressar a incapacidade intelectual desses indivíduos.

Segundo Ferreira (2003), até o final do século retrasado, essas pessoas eram classificadas e tratadas como doentes e incapazes de aprender; eram desassistidas de qualquer direito de aprender e assim consequentemente excluídas do processo social.

Em 1926, segundo Kassar (1998), foi inaugurado o Instituto Pestalozzi, primeiramente em Porto Alegre, com a concepção de Ortopedagogia, voltado especialmente ao atendimento de deficientes mentais em forma de internato, semi-internato e externato, com o intuito de atender o deficiente mental. Já em 1954, é fundada, no estado do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

De acordo com Tessaro (2005), entretanto, mesmo com o surgimento da educação especial, o indivíduo então chamado de excepcional continuou excluído, pois seu convívio em escolas regulares existia apenas por meio da segregação.

As políticas públicas que atualmente direcionam o processo anunciam que, preferencialmente, todas as pessoas devem ser atendidas no ensino regular, entretanto muitos desafios permeiam esse processo. Goes e Laplane (2004) mencionam que para a inclusão

de pessoas com necessidades especiais em salas regulares de ensino são indispensáveis projetos diferenciados e não apenas ajustes. É necessário suporte efetivo ao professor e mudança no currículo e no método para que ocorra de fato a aprendizagem de todos os indivíduos.

Werneck (1999) também acredita serem necessárias adaptações no intuito de garantir acesso e permanência nos sistemas de ensino às pessoas com necessidades especiais para que possam ser incluídas e atendidas em suas necessidades. O autor aponta para algo muito importante: a inclusão não é privilégio apenas dos portadores de deficiência, pois ela tem como característica propor uma sociedade para todos.

MÉTODOS

Foi enviado um ofício à Secretária Municipal de Educação de Curitiba, solicitando uma relação das escolas de Ensino Fundamental em Curitiba que recebem crianças com necessidades educativas especiais. De posse da relação, realizou-se contato por telefone com todas as escolas, buscando as seguintes informações:

- Se consta no projeto político pedagógico a questão da inclusão;
- Quantos alunos com necessidades especiais há na escola;
- Quantos professores atendem esses alunos;
- Qual a série do aluno com necessidades especiais;
- Qual necessidade especial o aluno apresenta.

A escolha da escola obedeceu ao seguinte critério: ser a Necessidade Educativa Especial (NEE) da criança a deficiência mental; a criança estar no 1º ou 2º ciclo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e a escola apresentar um número maior de professores trabalhando com inclusão.

Realizamos nossa pesquisa por meio da análise documental do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar e da entrevista semiestruturada com os professores e com a pedagoga da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à estrutura, a escola oferece à comunidade a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação permanente. Para esse atendimento, ela conta com 17 salas de aula, salas de apoio pedagógico, laboratório de informática, biblioteca, sala de artes e com um corpo docente formado por 55 professores e 4 pedagogas, além dos demais funcionários.

Todas as professoras entrevistadas têm graduação e pós-graduação e atuam como docente há vários anos. Porém a professora M não possui especialização na área de Educação Especial como as professoras D e K. Todas dizem estar preparadas para atender os alunos com necessidades especiais.

Conhecimento sobre as deficiências e práticas educativas com esses alunos

Esta etapa da análise dos resultados pretende expor os dados encontrados sobre o conhecimento que os educadores apresentam em relação às características dos portadores de necessidades especiais e suas práticas educativas, manejos e condutas com tais alunos.

O Projeto Político Pedagógico da escola declara que é seu dever acolher o estudante, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, e que os sistemas educacionais devem atender a essa diversidade dos estudantes. Isso parece ocorrer parcialmente. É verdadeiro que as crianças são acolhidas no espaço físico, porém quanto ao atendimento de outras necessidades parece existir uma crença

de que a criança deve adaptar-se ao cenário educacional.

Ao serem questionadas sobre a inclusão, é possível observar que todas as professoras entrevistadas acreditam que inclusão é fazer com que o aluno com necessidades especiais participe de todas as atividades em uma sala regular, independentemente de ele ter capacidade para isso; segundo elas, esses alunos têm que fazer as mesmas atividades dos outros, não se sentindo excluídos da turma e tendo a oportunidade de participar de tudo. Abaixo, a fala das professoras sobre esse assunto:

Inclusão é colocar alunos com necessidades especiais em uma sala regular de ensino, e não tratá-lo de forma diferente dos demais (Professora K).

É fazer com que o aluno incluso participe de todas as atividades, independente se ele possa realizar ou não, ele tem que fazer as mesmas atividades que os outros alunos estão fazendo sem se sentir excluído da turma e ter a oportunidade de participar de tudo (Professora D).

As crianças que têm alguns problemas estarem juntas com outras crianças ditas "normais", na vivência deles, o dia a dia é comum para todo mundo, então eles têm direito a estudar no meio da nossa sociedade, sendo atendidos da mesma forma que os outros (Professora M).

Concordamos com Goes e Laplane (2004) que a escola inclusiva terá sua missão cumprida quando os princípios, política e ações forem ao encontro dos critérios que a norteiam e fundamentarem um sistema de ensino que possa abranger todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Para que a "Educação Para Todos" aconteça de fato, e não somente no discurso, reafirmamos que se deve traçar metas de políticas educacionais inclusivas para que não aconteça a segregação de nenhum indivíduo.

Percebemos também com esses dados que as professoras têm dificuldade em definir o termo inclusão, permanecendo concepções errôneas que trazem como sinônimo de inclusão o termo "integração". Nesse sentido cabe tecer algumas reflexões a fim de não contribuir para uma prática segregacionista e preconceituosa.

De acordo com as entrevistas feitas com as professoras, a inclusão deve acontecer e o atendimento deve ser único para todos independentemente de ser um aluno com necessidades especiais ou não. Para uma das professoras entrevistadas, inclusão é colocar o aluno com necessidades especiais dentro da sala regular de ensino e não o tratar de forma diferenciada. No Projeto Político Pedagógico, a inclusão deve ocorrer sem discriminar o aluno, mas sim acolher a todos sem distinção. Com base em autores como Sasaki (1997) e Mantoan (2003), percebemos que a prática da inclusão se dá por meio da aceitação das diferenças individuais e valorização de cada pessoa para uma convivência dentro da diversidade humana, fazendo com que a aprendizagem aconteça através da cooperação, respeitando e levando em conta os limites e as potencialidades de cada um e propondo novas formas de atender toda essa diversidade. Tratar a todos da mesma forma não implica respeito às diferenças.

Partindo dessas ideias de inclusão, reafirmamos que se faz necessário garantir não só acesso, mas a participação de todos, independentemente das particularidades de cada indivíduo, e isso deve existir no discurso e principalmente na prática dos envolvidos.

As professoras, no entanto, em seu discurso, defendem a ideia da inclusão e atendimento igualitário a todos os alunos, mas a prática acaba sendo diferente. Essa mudança no discurso, e também na lei, tornou-se uma palavra de ordem com efeitos no cotidiano. A inclusão de alunos deficientes é uma alternativa politicamente correta, entretanto os professores parecem não apresentar preparo para realizá-la, o que gera angústia e sofrimento. Devemos lem-

brar que a formação de professores não é neutra e traz em seu bojo determinantes históricos e sociais. A exclusão pode-se dar agora de forma escamoteada dentro das salas regulares.

Desse modo e de acordo com Carmo (2004), a inclusão é um assunto a ser tratado com muito cuidado, pois a sociedade comete os mesmos erros do passado, criando uma nova modalidade: a dos excluídos dentro da inclusão.

Existem ainda contradições nas falas das professoras, que embora digam ser a favor da inclusão, colocam algumas condições, como ter mais tempo para sentar individualmente com esses alunos, ter uma especialização na área de educação especial e que as necessidades desses alunos sejam “leves”:

Se for uma necessidade leve, como as que temos aqui na escola, síndrome de Down, hiperatividade, problemas de comportamento, acho que esses alunos devem sim estar em uma sala de ensino regular (Professora K).

Eu sou a favor, porém eu acho que os professores também que tem classes normais tivessem também um auxílio de especializadas nesse assunto (Professora M.).

A pedagoga V também acredita na inclusão de acordo com sua fala: “*Sim, de forma gradativa e com orientação especializada aos professores*” (Pedagoga V).

Podemos notar no discurso dos educadores que o interesse em atender aos alunos portadores de necessidades especiais está presente, porém eles não têm estrutura, formação continuada e pessoas especializadas para que o atendimento possa ocorrer. As metas com relação à quantidade de alunos portadores de necessidades especiais em salas regulares de ensino estão sendo batidas, porém a qualidade do atendimento acaba deixando a desejar.

Por isso, acreditamos que a escola deve adaptar-se às necessidades dos alunos e não o

contrário. E para isso exigem-se rupturas, transformações, capacitação, aplicação e ampliação de recursos físicos, materiais e humanos, mas acima de tudo a consciência coletiva de não estarmos prestando “um favor” ao portador de necessidades educacionais especiais, mas garantido-lhe um direito. Mantoan (2003) já afirmava que a sociedade e, portanto, a escola precisam se modificar para receber esses alunos.

Os professores, no entanto, sem recursos financeiros suficientes, sem formação pedagógica adequada e sem o apoio das demais políticas públicas falham na tarefa de educar. Sobre isso, Carvalho (2002, p.7) traz a seguinte contribuição:

Ninguém de bom senso se opõe à ideia de que nossas escolas precisam se modificar, universalizando sua oferta e, principalmente, para oferecerem respostas educacionais de melhor qualidade e consentâneas com exigências de um mundo globalizado. Mas é injusto e perverso localizar as necessárias transformações só e apenas nas atitudes dos professores e em sua prática pedagógica.

Fica claro que muitas mudanças são necessárias na escola que temos hoje, pois é preciso que alunos, professores, equipe administrativa, pais e a sociedade em geral trabalhem com um mesmo objetivo: a educação de qualidade para todos.

Formação para o trabalho desenvolvido

A questão da formação do professor é de grande importância, pois é uma premissa básica para que se tenha uma educação de qualidade. Já ressaltamos nesse trabalho a importância de o profissional da educação ter na sua formação básica o preparo para trabalhar com alunos especiais, porém isso na realidade não acontece.

Nas entrevistas todas as participantes dizem não terem recebido orientação específica

sobre a inclusão. O que elas recebem é a vinda de profissionais enviados pela secretária de educação para dar apoio e dicas de como trabalhar com esses alunos, mas não efetivamente um trabalho de formação que promova a reflexão e o entendimento sobre as necessidades dos alunos concretos que estão em suas salas. Esse dado nos leva a uma reflexão acerca da forma pela qual a formação de professores é tratada.

Sobre isso as professoras falam o seguinte:

Não temos uma orientação de verdade, vamos resolvendo os problemas conforme eles vão aparecendo. Mas a equipe daqui é maravilhosa, sempre está aberta a conversar mesmo que o tempo seja curto (Professora M).

Não especificamente, temos alguns profissionais que são enviados pela secretária para nos dar apoio, uma pessoa que acaba nos auxiliando e acaba passando algumas dicas de como trabalhar com esses alunos, mas cursos voltados a esse fim, não (Professora K).

A única orientação que a gente recebe é quando você é chamada no núcleo junto com a família do aluno, eles fazem vários questionamentos à família, aí chamam você e a pedagoga da escola, só que isso acontece em abril, maio, ou seja, você já está com o aluno em sala sem saber o que está acontecendo com ele (Professora D).

As professoras recebem orientações, como cursos ofertados pela secretária sobre inclusão além de textos sobre o assunto, como cursos de libras, dificuldade de aprendizagem e portadores de necessidades físicas e especiais (Pedagoga V).

Nas falas das professoras e da pedagoga, podemos notar a divergência de opiniões: enquanto as professoras informam que o corpo docente não possui orientação, a pedagoga revela que sua equipe de professores recebe orientações e cursos ofertados pela secretária

de educação no que diz respeito à inclusão. São posições diferentes quanto às necessidades pensadas de um lado e sentidas pelo outro. As professoras sentem falta da formação que gere de fato transformações na prática cotidiana, porque os cursos ofertados informam mas não formam e acabam por não possibilitar uma real sustentação, sendo a prática adquirida no dia a dia o único recurso que parece viável.

Nesse sentido, vale destacar que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim precisa abranger necessariamente programas de capacitação que sejam realizados de forma integrada e permanente. Segundo Castro (2005), a formação implica um processo contínuo, que precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem; o professor precisa ser ajudado a refletir sobre sua prática, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula.

Quando perguntamos às professoras se elas se sentem preparadas para atender esses alunos com necessidades especiais, todas disseram que sim, mas buscam justificar esse preparo pelo conhecimento adquirido com a prática ou mesmo pela “boa vontade e disposição” em atender essas crianças. Isso pode ser observado abaixo na fala das professoras:

Sim, mas claro que cada dia acontece coisas diferentes, mas a gente tem que estar preparada para atender todos os alunos não só os com deficiências. Há uma diversidade muito grande na sala de aula e você tem que estar preparada, e eu me sinto assim (Professora D).

Me sinto, por já ter tido experiências anteriores, e ter um filho que também precisa de tratamento especial (Professora K).

Essa realidade deve ser revista, pois a inclusão deve ocorrer de forma integral e não apenas para mostrar que essa prática está sendo feita dentro das escolas. A preocupação

não deve ser apenas com os números, mas com a qualidade do ensino prestado e a retenção do conhecimento por parte do aluno. Para isso acontecer de fato, é necessário investimento na formação do corpo docente, das pessoas que realmente trabalham e vivenciam essa realidade da inclusão. A prática do dia a dia é sem dúvida muito importante, mas é necessário muito mais; é de extrema importância os professores terem formação específica, com condições realmente de trabalhar e preparar esses alunos para a vida por meio de um ensino de qualidade que possibilite a retenção dos conteúdos de forma significativa, acontecendo assim de fato a inclusão.

O melhor lugar para o aluno com necessidades educativas especiais

Como já relatado nesse trabalho, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL..., 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96 (BRASIL..., 1996) - estabelecem que a educação é direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional "preferencialmente na rede regular de ensino", garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Percebemos que a legislação possibilita o acesso à escola comum, mas não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular.

Dessa forma, acaba-se levantando a seguinte questão: O aluno portador de necessidades especiais necessita de atendimento diferenciado, mas qual o melhor lugar para esse aluno? Segundo a professora M "o melhor lugar para atendimento dessas crianças é a sala especial".

"Teria que ser em uma sala especial com um atendimento só para eles" (Professora M). "No ensino regular porém com um tratamento diferenciado" (Professora K). "Junto com os alunos ditos "normais", porém com um atendimento especializado e diferenciado dos demais" (Professora D).

As falas das professoras K e D mostram que o aluno deve ficar em sala regular, porém com um atendimento diferenciado e especializado. Mas nas observações feitas não percebemos esse atendimento diferenciado, ou seja, o tratamento diferenciado acontece apenas no discurso, mas não na prática, e o aluno de inclusão acaba sendo excluído do processo de aprendizagem por não ter esse atendimento específico, por não ter um atendimento individualizado, fazendo com que seja excluído dentro do processo de inclusão.

De acordo com Santos (2001), temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza. Nessa direção, as diferenças devem ser um fator de enriquecimento no processo educacional, porém não devem ser negadas e sim atendidas.

Diante dessa situação, a escola e o poder público não podem continuar ignorando a situação desses alunos, anulando suas diferenças, uma vez que a inclusão só terá resultados satisfatórios quando as necessidades de todos forem saciadas, caso contrário isso ficará só no discurso.

A construção do espaço escolar para o recebimento desses alunos

Acreditamos que a construção do espaço escolar para o recebimento dos alunos portadores de necessidades educativas especiais deve ser um processo diário e constante. Um dos problemas apontados por todas as professoras entrevistadas é a questão da mudança de coregente, que, na maioria das vezes, acaba mais por substituir um professor que faltou do que auxiliar em sala de aula alunos que apresentam problemas de forma geral. "Elas estão volta e meia cobrindo alguém que falta, agora mesmo ela está lá na sala me cobrindo" (Professora M).

Outra questão levantada é a falta de organização, em alguns momentos, da

administração da escola, que deveria, segundo a professora, comunicar a entrada do aluno, pois na maioria das vezes a professora regente só fica sabendo que terá um aluno portador de necessidades educacionais especiais quando entra em sala de aula:

Você vai até elas com “esse tempo enorme” de cinco minutos para perguntar sobre o aluno, é muito em cima da hora, você já está com o aluno em sala sem saber o que está acontecendo com ele (Professora D).

Não existem dificuldades, pois buscam dar o apoio que necessitam. Quando perguntamos se ela conversa com as professoras para saber se eles enfrentam alguma dificuldade, ela disse que sim. “Buscamos conversar na permanência, e com relação às perguntas que nos fazem vamos em busca de respostas principalmente com o pessoal da secretaria municipal da educação. (Pedagoga V).

Levando em consideração os pontos aqui mencionados, um dos grandes problemas enfrentados pela escola, para não dizer o principal deles, é a sua falta de adaptação para receber os alunos portadores de necessidades especiais. O currículo continua o mesmo, o sistema de ensino não apresenta mudanças, o Projeto Político Pedagógico acaba não contemplando muitas vezes as reais necessidades desses alunos, o número de professores continua o mesmo, e eles continuam sem formação especializada. O que se faz é a redução do número de alunos quando há um aluno de inclusão dentro da sala de aula; portanto o que temos hoje é o aluno se adaptando à escola, mas a escola não se adapta ao aluno e isso acaba gerando desgaste para ambos os lados. Não podemos continuar, “tapando buracos”, medidas provisórias, como a redução do número de alunos na sala de aula, são necessárias para que tenhamos práticas efetivas, para que a escola reveja os métodos adotados, as práticas docentes, e sem dúvida para que essas sejam medidas adotadas antes do início do ano letivo e não quando o aluno

já se encontra em sala de aula. Concordamos com Mantoan (2003) ao afirmar que os desafios são muitos e a mudança não deve ser apenas na estrutura física da escola, mas também na parte metodológica, no aperfeiçoamento dos professores, e nas políticas públicas, que não sejam apenas paliativas, mas atinjam a raiz do problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso escolhido neste trabalho tinha como objetivo apreender os significados atribuídos pelos educadores ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Percebemos que as professoras não se sentem preparadas para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais; nesse sentido, consideramos importante tecer algumas considerações finais com base nos dados obtidos.

Podemos constatar que a realidade educacional referente à inclusão da criança com necessidades educacionais especiais é complexa, principalmente se não houver um encaminhamento claro de ações. A inclusão é vista como a possibilidade de o aluno portador de necessidades educacionais especiais receber o mesmo atendimento e participar de uma sala regular de ensino junto aos demais alunos considerados “normais”, tendo os mesmos acessos, realizando as mesmas atividades, recebendo os mesmos conteúdos, sem considerar as diferentes necessidades existentes. É direito do aluno receber um atendimento adequado e diferenciado, no que diz respeito à aprendizagem, que vá ao encontro de suas necessidades para que assim possa obter uma aprendizagem de fato significativa. Exatamente por ser tratado de forma igual aos demais, o aluno com necessidades especiais acaba sendo excluído do processo de ensino-aprendizagem.

Uma outra questão bastante relevante é que o corpo docente não têm uma formação na área da educação especial oferecida pela prefeitura que de fato atenda às necessidades

para esse trabalho. As professoras com esse tipo de formação conseguiram-na por conta própria; não existe formação continuada a esses professores, o que acaba prejudicando de forma relevante o processo de inclusão, pois o professor regente não sabe como trabalhar com o aluno incluso.

Consideramos que a inclusão, da forma como vem sendo realizada, atende muito mais a necessidade de obtenção de dados estatísticos e *status* do governo do que propriamente o objetivo de propiciar realmente um atendimento de qualidade a esses alunos, garantindo dessa forma seu acesso e permanência na escola regular junto aos demais alunos.

Por fim, os significados atribuídos ao processo de inclusão remetem à uma descaracterização das diferenças uma vez que os educadores consideram que tratar a todos da mesma forma seria a melhor estratégia para incluir, acabando por não respeitar as especificidades de cada um.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1988). *Constituição brasileira de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- BRASIL. (1996). *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9394/96*. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- CARVALHO, R.E. *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- CARMO, S.M. *Um livre panorama do que já foi feito pela educação especial no Brasil e no mundo*. 2004. Disponível em: <www.pedagogobrasil.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2007.
- CASTRO, M. *Reflexões sobre a profissão docente: antigas professoras falam sobre o passado e o presente da professora primária*. 2005. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2007.
- FERREIRA, M.E.C. *Educação inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. v.1.
- GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).
- KASSAR, M.C.M. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.19, n.46, 1998. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 23 mar 2007.
- MAZZOTTA, M.J.S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. *PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: A. Queiroz, 1984.
- SANTOS, B.S. *Entrevista com o Prof. Boaventura de Souza Santos*. 2001. Disponível em: <www.dhi.uem.br/jurandir/jurandir-boaven1.htm>. Acesso em: 20 set 2007.
- SASSAKI, R.K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Wva, 1997.
- TESSARO, N.S. *Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- WERNECK, C. *Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todos?* Rio de Janeiro: WVA, 1999.

Recebido em 24/4/2009 e aceito para publicação em 27/10/2009.

